



# Movimento dos Atingidos por Barragens e a luta por direitos

*Entrevista com Tchenna Maso*

Priscylla Monteiro Joca<sup>1</sup> e  
Guilherme Cavicchioli Uchimura<sup>2</sup>



Foto de Douglas Mansur.

- 1 Membro do IPDMS – Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais e doutoranda em Direito pela Universidade de Montréal.
- 2 Membro do IPDMS – Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais e doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná.





Foto de Douglas Mansur.

Nesta edição, a Revista InSURgência apresenta entrevista inédita com Tchenna Maso, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens. As perguntas foram elaboradas e conduzidas por Priscilla Joca e Guilherme Uchimura, pesquisadora e pesquisador, membros do IPDMS – Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais. O diálogo foi realizado no dia 29 de agosto de 2019 por meio virtual.

**Priscylla Joca e Guilherme Uchimura.** O Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB faz parte da história de milhares de pessoas e, em grande medida, está presente na história recente do povo brasileiro como um todo. O MAB é construído por milhares de militantes, lutadoras e lutares em todo o Brasil, que tecem suas lutas coletivamente. Como militante do MAB que atua nas questões jurídicas, você poderia iniciar nos contando um pouco da história do movimento e como, nela, começou a se inserir a atuação em direitos humanos?

**Tchenna Maso.** O MAB é o Movimento dos Atingidos por Barragens. É um movimento que nasce no ascenso da luta de massas dos anos 1980. O MAB funciona na mesma dinâmica daquilo que a gente crê do sentido histórico. Ele também é um movimento permeado pela dialética de sua própria história. A gente vai aprendendo nesse processo. Em um primeiro momento, a gente era um movimento de resistência à

construção de barragens. A gente lutava pelo direito à terra, pelo direito à indenização justa. Barragem é barratagem, não é? Com processos de privatização dos anos 1990, mudaram o contorno e a atuação por direitos. Porque uma coisa é você estar vivendo um momento de ascenso de lutas e reivindicar direitos, outra coisa é quando você tem um processo de privatização e retirada de direitos. A gente começou a entender que é preciso discutir o que é o modelo energético brasileiro. A gente começou a fazer um olhar mais de classe. A estrutura começou a se construir mais com a necessidade de ter uma estratégia de longo prazo, de ter táticas. E se começou a criar uma linha política mais clara e um planejamento. Para se poder alcançar isso, também é preciso um momento prévio de formação. A gente tem percebido também na nossa história que a formação não pode ser algo individual. Ela tem que ser algo coletivo. No sentido de que, quando você debate em coletividade, você vai criando outra ideia. E a gente não vai se reunir para debater qualquer coisa. A gente vai fazer isso com uma intencionalidade. A gente vai sentar para formular sobre um tema coletivamente e para chegar a algum lugar. E aí, talvez, é um pouco nesse sentido que nasce a luta por direitos. Em algum momento a gente foi pressionado a afirmar qual era a legitimidade daquilo que a gente fazia e faz. E, no fundo, o MAB acaba tendo um forte apelo social, porque as pessoas têm a terra delas, e são retiradas dessas terras. Essa ideia de deslocamento compulsório, de retirada, é mais sensível. Principalmente agora, mais recentemente, com essa questão dos rompimentos de barragens e da lama.

O MAB é um dos movimentos mais expressivos no Brasil e na América Latina na luta por direitos humanos e socioambientais de populações atingidas por barragens, caracterizando-se pela defesa de um projeto popular para a água e a energia. Neste contexto, como se caracteriza hoje este processo de “luta por direitos” que você mencionou?

O MAB começou a entender que essa luta de reivindicação política, que ele faz, também é uma luta por direitos: pelo direito à moradia, pelo direito à continuidade do trabalho, pelo direito de uma vida digna, pelo direito de acesso à renda, de recomposição de renda, de recomposição de territórios. Foi se conformando esta identidade de

que um dos eixos da nossa política é a luta por direitos, juntamente à luta pela transformação do modelo energético, que seja um modelo energético com distribuição de riquezas. A gente tenta caracterizar – e a gente tem tentado formular isso mais a nível de Coletivo de Direitos Humanos – como a gente usa esse direito. E aí não foge ao que a gente tem no âmbito das teorias críticas do próprio direito. Um uso tático do direito, para a defesa se utilizar de determinadas normativas que existem, sobretudo constitucionais – com a clareza de que, em períodos de retrocesso, existe sempre um estrangulamento disso. E a gente tem visto uma guinada mais conservadora do Judiciário. Não que ele se tornou mais conservador, mas expressou com mais evidência essa realidade já existente. Ao lado do uso tático, um uso estratégico, que a gente faz muito no sentido da formulação de direitos. Por exemplo, toda essa reivindicação que a gente tem para uma Política Nacional de Atingidos, pelo reconhecimento do atingido como sujeito de direitos, reivindicações como a incorporação na legislação nacional e nos acordos da centralidade do sofrimento da vítima no processo de reparação. E, ao lado destes dois, um uso insurgente do direito. Tentar subverter algumas interpretações. Do ponto de vista simbólico, subjetivo, a gente também utiliza muito a ideia de defensores de direitos humanos. Essa ideia de que a nossa luta é uma luta por direitos, essa ideia de legitimidade, ela soa na consciência do trabalhador de modo diferente. Porque está muito presente na consciência do atingido a ideia de baderna, de bagunça. Quando ele entende que está lutando por direitos, que ele tem direito àquilo, quando a gente se operacionaliza disso, isso também serve para dar um passo na abertura e no olhar de consciência de classe, despertar esse elemento subjetivo do trabalhador para a luta que ele faz.

Como o MAB analisa os processos de luta e resistência diante da atual conjuntura nacional de retrocessos e intensificação de violências e violações de direitos?

A gente tem tentado desde o ano passado, da possível vitória do Bolsonaro, repensar a nossa própria estratégia e fazer um balanço estratégico. A gente parte de uma análise de que a gente sofreu uma

derrota estratégica. O que é uma derrota estratégica nesse período? É que a derrota não foi só eleitoral, mas vem sendo desde o processo de impeachment, anterior à eleição de Bolsonaro, de derrotas de nós como forças de esquerda mesmo. A gente vive um cenário de cerco e aniquilamento. O que isso quer dizer? Que, dada a nossa ausência de um projeto unitário para a classe trabalhadora no Brasil e de diálogo com as forças populares sobre isso, vivemos uma ameaça, em uma série de sentidos: ao discurso de esquerda, ao discurso insurgente, à discussão sobre o modo de produção. A gente é ridicularizado, a gente não pode usar nossas bandeiras... Isso nos leva a tomar cuidados de vigilância. A gente reforçou práticas de segurança internas. Para nós isso não é algo circunstancial, é algo que vem com objetivo claro de derrotar. Então parece uma nova tentativa de implicação de que a história foi vencida, e não é possível construir pensamento contra-hegemônico. Justamente para aprofundar uma apatia. Porque todas as reformas que estão sendo propostas são reformas absolutamente impopulares. Retirar direitos de trabalhadores, retirar a previdência, privatizar a água, todas essas propostas são absolutamente antipopulares e vão gerar reação popular. Eles precisam minar os nossos esforços de reorganizar isso. E esse é um projeto claro de poder. Nós temos feito uma leitura de que isso reflete um período em que fizemos análises equivocadas. A gente tem lido muito Florestan Fernandes no MAB e entendido a impossibilidade de se acontecer uma revolução burguesa no Brasil, a interrupção dessa revolução burguesa com as ditaduras e a impossibilidade de se concretizarem direitos sociais em nosso país. Por isso que a gente precisa construir uma luta que é de fato revolucionária, entendendo que as lutas por reformas ou por direitos sociais necessariamente têm que acumular forças para essa luta de construção da revolução brasileira.

O MAB vem prestando apoio e organizando famílias atingidas pelos rompimentos de barragens de rejeito de minérios que ocorreram nos municípios de Mariana/MG e Brumadinho/MG. Os danos abrangem grandes áreas das bacias do Rio Doce e do Rio Paraopeba. O movimento tem atuado na denúncia dos impactos causados pelos rompimentos e na exigência de responsabilização das empresas

envolvidas. Como o MAB tem analisado a repetição de rompimentos de barragens no último período?

Entendemos que estamos em um modelo de produção mineral e em um modelo de produção energética como um todo que estão voltados à satisfação dos lucros. A gente vivenciou uma crise da exportação de minério de ferro em 2012. Para manter a taxa de lucro e para atender o mercado de acionistas, as empresas têm clareza: aumentam a taxa de exploração do trabalho, precarizam na questão ambiental e na questão de segurança como um todo. Por isso que a gente teve um rompimento de barragem em 2015. E em 2019 a mesma coisa. Em 2019, ela [a Vale S.A.] inclusive fez uma manobra para conseguir este processo de licenciamento. Isso não é novo. Isso provavelmente vai continuar se repetindo muitas vezes ainda na história brasileira enquanto a gente for pautado por essa lógica do lucro. Por mais que a gente tenha avançado no contexto de Minas Gerais com uma legislação mais rígida em termos de segurança de barragens, a gente depende de um Estado forte para poder fazer a fiscalização. Então, se se pensar do ponto de vista dos trabalhadores, a gente perdeu o Ministério do Trabalho, e o Ministério Público do Trabalho não tem condições de fazer procedimentos de auditoria e fiscalização das questões de segurança do trabalhador. Do ponto de vista ambiental, a gente está vendo todo um desmonte dos órgãos ambientais. Existem 870 barragens de mineração em Minas Gerais, e três funcionários da Agência Nacional de Mineração para fazer tudo. Obviamente que elas não serão fiscalizadas. Isso reflete muito a discussão como um todo sobre o que são essas grandes corporações.

Como você compreende que deve ser feita a responsabilização dessas corporações?

O problema central é que elas têm um grande poder econômico, detêm poder político, e detêm poder político inclusive para dentro dos tribunais, do Poder Judiciário. Então, é muito difícil de reverter as consequências dos rompimentos para um cenário de responsabilização. Enquanto a gente não tiver a responsabilização delas, enquanto a gente não tiver

efetivação de direitos, principalmente garantias de não repetição, essas coisas vão continuar acontecendo. Em todos os casos a gente vê a primazia dos direitos econômicos sobre os direitos sociais e sobre os direitos humanos. Isso é claro em todos os processos contra nós. Também essa lógica que impera hoje no direito civil de mediação e arbitragem prejudica muito este tipo de contrato. É uma lógica de como se as partes fossem equânimes entre si, e não são. A gente tem uma assimetria de poderes, de capacidade de produzir provas imensa, que leva a esse cenário todo. Claro que esses são os dois maiores desastres, mas há muito tempo na história brasileira tem rompimento de barragem, há muito tempo existe o problema da segurança de barragens. Inclusive, em 2010, quando o Presidente Lula propôs a Política Nacional de Segurança de Barragens, a proposta foi realizada justamente diante da constatação dessa problemática. Para nós do MAB, tem que se falar em segurança de barragens. Tem que se fazer o debate técnico sobre isso, que envolve a utilização de outras tecnologias. A tecnologia, seja do alteamento de barragens ou da construção de barragens a montante, mas também das próprias barragens de rejeitos, elas são tecnologias ultrapassada. Inclusive existe um movimento mundial contra a construção de barragens por fatores mais técnico-ambientais. Mas, para nós, também existe, no tema da segurança, a segurança dos atingidos. Não adianta você construir um grande sistema de sirene e alerta se você não tem o povo preparado para reagir a isso. Se não há uma discussão com o povo, pela qual ele saiba que mora em baixo de uma barragem de risco, que tem uma zona de "auto-salvamento" – quer dizer, ninguém se salva, na verdade, é "zona de salva-se quem puder" – são pontos que a gente tem que avançar. O problema está também nas compreensões do que é a participação popular. A legislação ambiental é permeada pela ideia de participação. Mas a profundidade da discussão sobre participação passa pela profundidade do entendimento que a gente tem sobre a soberania popular, sobre a democracia, que são conceitos completamente falhos na república brasileira e na nossa conformação como Estado.

Recentemente, no Estado de Tocantins, 35 famílias atingidas pela construção de um lago pertencente à Usina Hidrelétrica do Estreito receberam ordem de desocupação do terreno por elas utilizado para

moradia e plantio. As famílias não foram devidamente indenizadas. De acordo com notícia publicada pelo MAB, “a produção agrícola realizada por estas famílias é comercializada na Feira de Babaçulândia, abastecendo a população com hortaliças, peixes e frutas. Com o despejo, a feira também corre o risco de ser extinta.” <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/no-tocantins-atingidos-recebem-ordem-desocupa-terreno-s-margens-do-lago-da-usina-estrito>>. Em que medida esta história pode representar a história de outras milhares de pessoas e famílias em todo o Brasil?

Este é um caso que exemplifica um grande tema histórico para nós, que é a questão da desapropriação por interesse ou por utilidade pública. É o caso das barragens, muito utilizado para barragens elétricas, de mineração e de água como um todo. É aquela autorização para se empreender, em nome do interesse nacional ou muitas vezes de uma segurança nacional. Mas a gente sabe que quem dita o que é interesse nacional, interesse público e segurança nacional é um Estado completamente alinhado aos interesses do capital. A gente tem insistido muito no MAB no sentido daquela pergunta clássica que a gente faz: energia pra quê e pra quem? Discutir mesmo o modelo de geração de riqueza. Deslocar o povo de Sobradinho pra construir uma barragem, e a população não ter energia, acessar energia 40 anos depois? Isso implica a necessidade de discutir planos de desenvolvimento regionais, de consolidar uma política nacional, de garantir, por exemplo, o reassentamento coletivo.

O MAB nota uma intensificação da violência em casos como este diante da atual conjuntura político-econômica nacional e internacional?

Sim, é bem claro que se intensifica. A gente vive um momento de crise do capital. Há uma disputa de hegemonia internacional entre China e Estados Unidos, uma disputa que ideologicamente não é clara, mas que é uma disputa de interesses. Isso influencia um novo momento também de corrida imperialista, um novo momento de propostas de projetos e alinhamentos a nível latino-americano também. E aí a história se repete. Retorna-se a um Estado violento, mais militarizado, e sob



uso privado em prol de interesses privados de modo mais intenso. O governo Bolsonaro é bem claro em relação a isso.

É conhecida a afirmação de Marx, *n'O Capital*, de que “entre direitos iguais decide força”. Considerando a impossibilidade de se restabelecer o modo de vida das pessoas atingidas, seja por desastres-crimes – como os da Vale S.A. – ou pela expulsão territorial decorrente de grandes empreendimentos hidroenergéticos – como o caso de Usina Hidrelétrica do Estreito –, existe alguma maneira de se fazer justiça a estas populações?

Discutir justiça às populações atingidas e dimensões de direitos humanos neste cenário é fazer uma discussão que possibilita o acúmulo de consciência de classe, de formação política, de construção de outros imaginários, de construção de consciência coletiva. Mas a justiça que nós vamos crer, quem trabalha com advocacia popular e uma visão mais crítica do direito vai perceber que ela não se concretiza, não vai se concretizar no Estado do capital. E nós do MAB aí temos algumas visões bastante pachukanianas sobre o direito, sobre o mecanismo operativo do direito. Porque uma justiça distributiva como a gente entende é uma justiça comunitária, é uma justiça com o povo no poder e com consciência do que é ter esse poder. De construção de um imaginário e de uma subjetividade coletiva, tudo isso. Então a gente precisa estar em um ótimo momento, em um outro modo de produção, em uma transição socialista, para que a gente possa de fato alcançar um programa de acesso à justiça, de efetivação de direitos.

Na intersecção entre classe, raça e gênero, como você analisaria os impactos causados por barragens que atingem especialmente as mulheres e, entre estas, mais especificamente as mulheres indígenas, negras, quilombolas, de comunidades tradicionais, camponesas e trabalhadoras? E, sob uma outra ótica, como as mulheres têm contribuído com as lutas realizadas pelo MAB, em âmbitos local, nacional e internacional?

O trabalho com as mulheres atingidas no MAB fez a gente ver o poder que a mulher tem de compreensão mais rápida da totalidade das relações

que envolvem seu território, dos impactos do seu deslocamento, de maior resistência a indenizações monetárias, por exemplo. Isso fez com que a gente entendesse as mulheres como sujeito prioritário a ser organizado e intencionalizado. A gente trabalha com força as mulheres atingidas. E o resultado desse trabalho – de três, quatro anos de maneira mais intencionalizada – é que as mulheres são hoje direção nos estados. Então, a gente tem esse desafio também de formar as mulheres como dirigentes do processo de esquerda brasileira. O início é o desafio da formação teórica dessas mulheres, para que as mulheres também saiam de um tarefaísmo que, pela estruturação dos papéis sociais, geralmente elas são colocadas. E, de fato, a gente tem começado a reverter isso nas estruturas internas. Claro que, no nosso entender, no nosso campo de esquerda, no campo popular, a gente ainda tem o desafio de qualificar esse feminismo. Que é o feminismo que nós nos dispomos a construir no MAB. Que é esse feminismo popular. Ele ainda carece de uma pauta concreta, de uma efetivação concreta. Apesar de fazermos muito trabalho, ele ainda não está refletido em um projeto. E, para nós do MAB, essa discussão de classe, raça e gênero como estruturantes é fundamental. Ela é definidora do processo revolucionário que a gente quer construir. Por isso que nós somos um movimento que reivindica o debate dos três eixos, ainda que avaliemos que estamos muito incipientes no debate de raça. É inicial ainda, mas vem sendo feito. Temos que respeitar também o processo histórico de amadurecimento disso. Mas a gente não aceita posturas elitistas e multiculturalistas. Nesse sentido a gente que mantém a nossa linha de um materialismo histórico dialético como método de interpretação da realidade. E a gente vai olhar para esses três recortes estruturais a partir disso. Tentando compreender o que é esta estruturação do capital no nosso território latino-americano nos nossos corpos como mulheres, e como mulheres negras especialmente. Porque é desse trabalho com esse sujeito oprimido que vai de fato nascer aquilo que a gente acredita de um projeto de libertação nacional. E a gente diz isso muito porque é muito fácil também se cair em uma pauta isolada do feminismo, não querer enfrentar os dilemas que as mulheres de fato tem como classe trabalhadora, como mais precarizadas. Significa não cair em visões pós-modernas, sobretudo com relação a esses temas

de raça e de gênero, e abandonar lutas estruturais de totalidade. É sempre um desafio manter a linha de frente nisso. Por isso a gente segue um processo bastante sério de formação e de alinhamento bastante criterioso.

Desde 2008, o MAB e a Universidade Federal do Rio de Janeiro vem realizando o curso de especialização “Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo”, voltado para militantes, trabalhadores e trabalhadoras. Qual é a importância desse curso para as pessoas que nele se formaram, e também para as lutas reivindicativas e de resistência em torno da água e da energia?

O Curso de Energia é um espaço para o MAB de formação, uma forma de ocupar a universidade com o sentido daquilo que a gente acredita, de construir uma política de alianças entre atingidos organizados no MAB, sindicatos, professores da universidade, alinhando um entendimento comum de sociedade. Boa parte dos quadros do MAB já o fizeram. A universidade é um espaço que, em muitas vezes, favorece uma produção, ainda que crítica, bastante individualizada. É uma produção de conhecimento, ainda que importante para muitos desafios que nós temos de construção para caminhar em processo revolucionário, ainda permeada por um jogo de muitos egos, muitas desvios de academicismo. O desafio não é uma pessoa saber mais e conseguir expertise em um tema, mas como isso de fato se volta em uma ação concreta. Muito do meu ponto de vista, de quem transitou do mundo da academia para o mundo das lutas sociais e cotidianamente segue com um pé na terra, o estudo que não é canalizado em processo coletivo de ação prática é um estudo que não faz sentido para uma luta social. E muitas a gente enfrenta o desafio do indivíduo, que quer estudar o que quer estudar porque ele acha importante. Ou o sentido de uma crítica que é construída na cultura livresca, e não diante da realidade concreta, que é cheia de contradições, cheia de problemas. E que nosso desafio, como trabalhadores e como pessoas que têm um sonho e um projeto de transformação da sociedade, é uma produção de conhecimento que responda aos desafios que a gente tem da luta concreta e cotidiana. Eu acho que nem sempre a

academia faz esse passo. E é interessante o Curso de Energia porque, nele, essa contradição aparece muitas vezes entre professores e entre educandos. Este tema os confronta. Por exemplo, o discurso ambiental encontra limites quando ele é confrontado pelo discurso dos atingidos e pelo debate que o MAB faz sobre o pré-sal.

Que outros elementos podem ser compartilhadas a partir desta experiência sobre a importância de se realizarem ações conjuntas entre movimentos populares e universidades para a construção de outras formas de ciência, conhecimento e práxis?

Sobretudo a preocupação de que, realmente, as respostas e saídas não vão ser individuais. Se de fato temos uma tese, ela só pode ser testada em uma direção coletiva. O desafio levar o seu posicionamento a uma coletividade, convencer e formar, são discussões que levam muito mais tempo. Leva muito mais tempo para o MAB chegar uma formulação de capitalismo dependente, por exemplo. Acho que sempre tem que haver este trânsito com a academia. Mas a gente também não pode desconsiderar, e este fato para a gente é muito importante, que a gente imaginava como classe trabalhadora que a pauta dos últimos anos que iria mover nossa classe eram a reforma trabalhista e a reforma da previdência. Não foi nenhuma das duas que colocou o povo na rua para discutir projetos. Foi a educação. Esse ingresso nos últimos anos da classe trabalhadora no espaço acadêmico também foi mudando um pouco o caráter da academia. A academia é mais um espaço na sociedade que a gente tem que disputar. Mas disputar sozinho como indivíduo é perda. Temos que disputar como classe trabalhadora, como turmas do PRONERA, como professor sindicalizado, como professor dentro de movimento social, estudante sendo formado e canalizado para a luta... A gente tem que ter muito cuidado com todos os cortes da educação que estão vindo e a precarização de política de bolsas. Indicam a tendência de aburguesamento, novamente, das universidades públicas. E, conseqüentemente, um aburguesamento também das pesquisas. Nessa hora a gente também tem que ser muito humilde, e manter o esforço e o pé na terra, e evitar este movimento.

Defender, e lutar, e tentar criar condições materiais desde nós mesmos para manter a classe trabalhadora na universidade.

Tchenna, a Revista InSURgência agradece pela disposição em realizar este diálogo tão rico, crítico e construtivo conosco. Para encerrar, você gostaria de deixar alguma mensagem final às nossas leitoras e leitores, estudantes, pesquisadores e pesquisadoras em direito e movimentos sociais?

Nós que somos do campo do direito, a gente precisa dar um salto de qualidade e fazer um balanço estratégico de quais foram as nossas últimas propostas insurgentes, onde foram parar os nossos quadros e avaliar se de fato a gente está inserido em frente de massa e construindo a luta de classes, ou se a gente está falando e teorizando sobre a luta de classe. Porque o momento que a gente vive pede que a gente que passou pela universidade se coloque como quadro. Não podemos ter dúvida de que vai ser um período difícil, e que mais do que nunca os nossos laços afetivos, essas relações que a gente constrói e o poder da mística serão muito importantes. E, de fato, não resta dúvida sobre as mulheres liderarem muito esse processo, seja no MAB, seja em outras organizações mistas, seja em organizações de mulheres. A Marcha das Margaridas foi um grande movimento massivo este ano. A gente também precisa avançar com respostas para essas realidades, sem ser inocente em pensar que saídas e soluções serão de curto prazo. E aí está boa parte do trabalho de quem está na universidade, e de quem é militante. A nossa batalha é contra poderes muito grandes. Mais do que nunca é o rigor teórico combinado com o rigor prático, de princípios militantes, que deve conduzir nosso caminho. A gente não precisa ter vergonha de avaliar quais foram nossos erros. A gente só precisa continuar não errando. Temos que ser muito profundos nas análises. Continuar falando, mas fazer e mudar o que a gente vem fazendo.